



CAPITALISMO E SUAS MAZELAS: UMA ABORDAGEM ATRAVÉS DO ENSINO RELIGIOSO

Oswaldo de Paula Mendonça¹

RESUMO

Este artigo discorre sobre as consequências do capitalismo na sociedade moderna e como o tema pode ser abordado na disciplina de Ensino Religioso. Buscou-se fundamentar o estudo na posição de teóricos versados na temática, depois de ter sido realizado uma reflexão sobre o papel desse componente curricular e do professor desta disciplina, além de se refletir a importância de uma reflexão mais profunda sobre o tema. O trabalho é resultado de uma revisão bibliográfica e documental e que buscou abordar uma análise das mazelas advindas do capitalismo no prisma do Ensino Religioso, elencando os problemas e as esferas de ação a serem adotadas pelos educadores, através de uma revisão bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Educação Religiosa. Mazelas. Capitalismo

INTRODUÇÃO

O estado de miséria que atinge a sociedade brasileira, com todas as discrepâncias sociais, a concentração de renda nas mãos de uma pequena parcela da população, os salários insuficientes, o crescente fantasma do desemprego e outras mazelas humanas atingem milhões de pessoas, o que contribui para o desenvolvimento de outras mazelas a essas primeiras relacionadas: a subalimentação, a mortalidade infantil, a violência e etc.

Nesse sentido, pode-se dizer também que as desigualdades sociais não resultam meramente do acaso ou de fatores religiosos, como querem crer algumas culturas orientais. Na verdade, essas desigualdades e suas consequências são geradas por uma soma de fatores interrelacionadas que abarcam todas as esferas sociais.

Sabe-se que a economia capitalista prima pela concentração de renda e pela exploração da mão de obra do proletário. Por conta disso, existem fatores determinantes que resultam na má distribuição da renda produzida e, por

¹ Mestrando em Teologia na Ivy Enber Christian University.



extensão, numa concentração de riqueza nas mãos de poucos. Esses fatores corroboram para que a população seja excluída das políticas governamentais sobre o setor ou, no muito, com oferta escassa de recursos. Esse é o ideal neoliberal, tão difundido por alguns grupos de direita.

Apesar desse entendimento, comum aos que se aventuram no estudo analítico da sociedade, ainda persistem ideias que apontam para a origem espiritual da problemática gerada pela falência das organizações humanas.

Isso implica dizer que os homens ainda culpam os deuses pelas suas desventuras. Não raro se constrói teorias que eximem o homem de sua responsabilidade com a sociedade, que delegam ao divino o controle até mesmo da economia. A verdade, porém, é que o futuro da humanidade está irremediavelmente comprometido pelo passado histórico de produção de desigualdades sociais.

Portanto, é preciso refletir sobre a participação do indivíduo na construção de sua história e esse processo passa irremediavelmente pela escola. O docente de Ensino Religioso precisa abordar a problemática descompromissada com os valores religiosos individuais, primando por uma abordagem mais humanista, no sentido de se aprender com o passado para se construir o novo.

Esse trabalho aborda de que maneira o componente curricular Ensino Religioso pode favorecer a compreensão do somatório de problemas sociais sem cair no equívoco do proselitismo e promovendo um debate coerente no sentido de formar nos educandos uma visão crítica social, capaz de promover mudanças e redirecionar estratégias no futuro.

Para compor esse trabalho, valeu-se de autores como Gadotti (2007), Carvalho (2007), Silva (2009) e outros. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica em sites, revistas especializadas, como a Biblioteca Virtual da USP e o Google Acadêmico, valendo-se de palavras chaves como “capitalismo”, “mazelas”, “Educação religiosa”. Selecionados os textos relevantes, buscou-se



sintetizar a doutrina de cada autor que, uma vez confrontada, resultou no relatório que compõe esse trabalho.

SOBRE A IMPORTÂNCIA E OS OBJETIVOS DO ENSINO RELIGIOSO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Moraes (2003) defende que a Ensino Religioso precisa ser encarada como uma disciplina do núcleo comum do currículo e que é preciso fazer um esforço de elaboração de propostas de conteúdos e de metodologias de ensino que estejam mais direcionadas com a realidade da educação básica, dos jovens e das escolas, isto é, que sejam propostas condizentes com os objetivos de formação dos adolescentes, jovens e adultos que serão protagonistas da própria realidade.

Sendo assim a educação em geral precisa ser de alto nível no que diz respeito aos conhecimentos científicos, já que nem sempre os concluintes do Ensino Médio irão prosseguir seus estudos para o nível superior. Em muitos casos também, é possível que alguns adentrem em cursos de graduação sem muita base ou de curta duração, o que às vezes não garante uma formação continuada e excelente para ser um docente bem preparado.

Por isso, a educação básica precisa garantir essa solidez no conhecimento científico, em especial quando se trata dos fundamentos das Ciências Sociais e Humanas, área de atuação da docência de Ensino Religioso.

Paulo Freire (2001) ensina que a docência produz aprendizado, o que não pode ser compreendido como desnecessidade de conhecer o assunto ensinado. Isso significa que o professor precisa dominar o assunto, mas irá invariavelmente aprender cada vez mais na medida que se dispõe a ensinar.

De acordo com o mestre:

A responsabilidade ética, política e profissional do ensinante lhe coloca o dever de se preparar, de se capacitar, de se formar antes mesmo de iniciar sua atividade docente. Esta atividade exige que sua preparação, sua capacitação, sua formação se tornem processos permanentes. Sua experiência docente, se bem percebida e bem vivida, vai deixando claro que ela requer uma formação permanente do ensinante (FREIRE, 2001).



A natureza religiosa do indivíduo está intimamente ligada aos outros saberes. Então, o Ensino Religioso só irá fazer sentido se for delimitado no interior de um objetivo mais amplo de educação, de aquisição de saberes sociológicos para indivíduos com potencial transformador.

Isso significa que é necessário romper com o paradigma de que o ensino religioso é apenas parte de uma divisão da grade curricular, que se converte numa mera disciplina e objeto de disputa entre educadores como um mero “ganha pão”.

Na verdade, o professor de Ensino Religioso precisa compreender a disciplina como ferramenta de promoção de mudanças sociais, a partir do momento em que trabalha o íntimo dos valores do indivíduo. Afinal, como já disse alguém, a educação não muda o mundo e sim os indivíduos educados.

Nesse sentido, o ensino religioso na educação básica deve proporcionar a construção de um caráter crítico no indivíduo, tirando-o do conformismo social e do marasmo político. Na verdade, faz parte do papel da escola a capacitação para que o estudante possa questionar as desigualdades sociais, investigar suas causas e estabelecer opiniões para que se rompa com o modelo econômico que escraviza, explora e reduz o indivíduo à condição de coisa, dentro de uma perspectiva ética que vai de encontro aos valores religiosos e familiares que já possui.

Para tanto, o Ensino Religioso pode e deve trabalhar em conjunto com outras disciplinas, possibilitando um aprofundamento dos conhecimentos científicos e dando oportunidades às experiências em outros campos do saber, sobretudo a ética e o compromisso com valores inegociáveis, conforme aponta a atual Base Comum Curricular - BNCC.

O PAPEL E A RESPONSABILIDADE DO PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Para Gadotti (2007) a sociedade contemporânea experimenta uma série de oportunidades de aprendizagem, o que ele chama de “sociedade aprendente”. Segundo o autor, as consequências para a escola e os atores



envolvidos na educação não são favoráveis. Ele acha que é preciso que os educandos aprendam a pensar autonomamente, isto é, sem que lhes sejam dirigidos diretrizes preestabelecidas. Na visão da ensino religioso isso pressupõe que sejam reconhecidos os saberes culturais de cada indivíduo, sua origem étnica e religiosa, seus padrões comportamentais e credos.

Gadotti (2007) também acha que o educando precisa saber comunicar-se, saber pesquisar, saber fazer e apresentar um raciocínio lógico que lhe permita adquirir o conhecimento de maneira mais ampla e independente. Isso significa que esse aluno deve aprender a sintetizar as informações e organizar o conhecimento, de maneira a abrir espaço mental para novas propostas, novas interpretações e com isso, poder relacionar saberes entre si e com o mundo.

Sendo assim, o professor de Ensino Religioso deve sempre favorecer que seus alunos façam suas próprias considerações acerca dos conteúdos estudados, sem lhes direcionar a interpretações sociais preestabelecidas ou conceitos previamente formados. Não sem razão o proselitismo foi proscrito no ambiente escolar, ou pelo menos há um esforço nesse sentido. Os educandos devem chegar às suas próprias conclusões, baseados na observação do comportamento do indivíduo e da sociedade e, com isso, desenvolver um espírito crítico e transformador.

Não são pouco os docentes de cursos superiores que não conhecem metodologias de ensino direcionadas ao estudante mediano. Então, a aula de Educação Religiosa já nasce sofrendo preconceito, taxada de “chata” e não raro é desinteressante para os jovens. Tal se dá em função da falta de estratégias e recursos. que permitem tornar a aula mais interessante e mais proveitosa ou porque simplesmente decorre de um histórico de desprezo pelo conteúdo. Nesses termos, o professor de Ensino Religioso deve contemplar seus alunos com um conteúdo atual, abrangente, livre de historicidade e nomes, tal como se dá em história. Não adianta ao aluno saber sobre as práticas do budismo ou de datas marcantes da história do profeta Maomé e do islamismo sem compreender o legado destes para os dias atuais. Tampouco



há valia nos estudos da bibliografia de Martinho Lutero sem que se vislumbre sua contribuição para o entendimento da sociedade moderna.

De fato, os educandos precisam passar pelo processo de escolarização sabendo formar sua própria opinião social, estabelecer seu parâmetro cultural e ser capaz de inquirir, discordar e transformar a sociedade onde está inserido. Para tanto, compete ao professor de Ensino Religioso fornecer meios para essa formação, direcionar sem induzir, demonstrar sem estabelecer conceitos, educar religiosamente sem promover conversão de credos.

OS OBJETIVOS PEDAGÓGICOS E A IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA

É preciso que os educadores se unam num projeto de ensino que contemple os jovens com desafios alcançáveis e propostas de reflexão que não lhes sejam totalmente estranhas e nem estejam por demais fora da sintonia de seus interesses. Logo, qualquer atividade, experiência ou reflexão precisa estar em sintonia com os valores desses jovens, suas expectativas e suas necessidades. Para um aluno que mora numa pequena cidade do interior de Minas Gerais não será muito significativa a análise de um fenômeno religioso na Índia. Do mesmo modo, para o estudante mediano de um grande centro urbano brasileiro fica complicado estudar o processo de origem de um eventual conflito étnico nos bálcãs. Isso não significa que esses assuntos não possam ser abordados, mas que é preciso lhes dar relevância.

Por outro lado, espera-se que o estudo da realidade pessoal desse educando seja capaz de contemplá-lo com um potencial discursivo e analítico que lhe permita questionar valores e condições de outras culturas a fim de desenvolver neste indivíduo o senso crítico suficiente para desconstruir falsas realidades ou realidades deturpadas pela mídia.

Espera-se que o indivíduo em voga seja capaz de refletir criticamente sobre o processo formação ética religiosa, inferir valores de justiça social e desenvolver capacidade para argumentação política e social, produzindo assim um tipo de cidadão raro: o tolerante.



O Ensino Religioso precisa provocar mudança de postura no aluno. Não se pode mais compactuar com um modelo educacional que prima por valores pre-estabelecidos, privilegia credos e destina as minorias étnicas à margem da sociedade. Nesse sentido, é imperioso desenvolver no estudante a capacidade de questionar a posição do Estado como garantidor do direito constitucional de crença individual, dando nova significação ao conceito de individualidade.

AS MAZELAS SOCIAIS NA ABORDAGEM DA ENSINO RELIGIOSO

A Desigualdade social é uma problemática que atinge em especial os países em desenvolvimento ou aqueles que são subdesenvolvidos, onde inexistente um equilíbrio nas relações sociais e na vida dos seus cidadãos, no que diz respeito à economia, educação, profissionalização, paridade de gênero, etc.

As mazelas oriundas da desigualdade social são conhecidas em especial pela desigualdade econômica, que as fomenta e majora sempre que a renda é mal distribuída na sociedade, gerando classes sociais distintas e heterogêneas.

Entre os fatores que geram as mazelas da desigualdade social está a distribuição de renda de maneira disforme e a ausência de investimentos em políticas sociais para corrigir o problema.

A desigualdade social se insere na sociedade representada pela ausência de educação de qualidade, com poucas ou nenhuma oportunidade de colocação no mercado de trabalho, desestímulo para o consumo de bens culturais e outros.

Há quem diga que crescimento vertiginoso da desigualdade social se iniciou com o advento do capitalismo, com a acumulação de dinheiro e de propriedades privadas. O poder econômico teria ficado concentrado nas mãos de uma minoria ao passo de que famílias mais pobres ficaram marginalizadas na sociedade.

A desigualdade social é a mola mestra de outros tipos de mazelas sociais, como a desigualdade de gênero, racial, regional, etc. Como

consequências, é possível contemplar o surgimento de vários outros problemas sociais que atingem a sociedade, em especial o menos favorecido.

FAVELIZAÇÃO

O surgimento de favelas em uma determinada cidade ou área é um dos maiores problemas sociais dos tempos modernos. Essas moradias constituem-se a partir das contradições econômicas, históricas e sociais desfavoráveis, resultando na formação de moradias sem planejamento mínimo, em geral a partir de invasões ou ocupações irregulares.

O problema da formação de favelas no espaço urbano está diretamente ligado a outros fatores correlacionados, a urbanização e a industrialização.

Da industrialização, a relação com a formação de favelas repousa em especial no fenômeno do êxodo rural em busca de melhores condições de vida e trabalho no espaço urbano. Esse fenômeno, resultado também dos processos de mecanização da produção rural e da formação de latifúndios, leva o trabalhador, antes do campo, a residir e buscar trabalho na cidade.

Portanto, pode-se dizer que o processo de favelização expressa de forma bem contundente as consequências das desigualdades sociais e que marcam a delimitação do espaço e contribuem para a segregação urbana e cultural das classes menos favorecidas.

Em países como a Índia o problema se agrava em função de valores religiosos antigos que indicam o estado de pobreza e favelização como consequência do carma. No Brasil, no entanto, de maioria cristã não comunga essa ideia, mas também nem sempre busca reflexão sobre o problema. Nesse sentido, a Ensino Religioso precisa abordar a responsabilidade social do Estado, mesmo que esteja em confronto com parâmetros religiosos.

SEGREGAÇÃO URBANA

A segregação urbana ou segregação socioespacial diz respeito à marginalização de determinadas grupos sociais por diversas razões, embora os mais comuns sejam os fatores econômicos, culturais, históricos e raciais.



No Brasil, alguns exemplos de segregação urbana mais comuns são a formação de favelas, mas há também guetos e ocupações em edifícios em construção e até mesmo ocupações de terras produtivas por motivação política, o que não vale a pena abordar nesse instante.

A segregação urbana é a representação ou reprodução espacial e geográfica da segregação social, e em geral está diretamente associada com o processo de divisão de riquezas e a luta de classes. Via de regra, a população mais pobre tende a residir em áreas mais afastadas e com menor acessibilidade aos serviços públicos. Somado a isso, tende a ser excluída de planos diretores e quase sempre taxados de marginais, desocupados, etc.

Esses espaços segregados apresentam uma baixa disponibilidade de infraestruturas urbana, a exemplo das favelas, sem pavimentação, saneamento básico, postos de saúde e outros. Isso se dá porque as cidades constituem-se a partir de sua área central, expandindo-se a partir daí.

No entanto, as classes economicamente mais abastadas tendem a ocupar essa parte central, já que são mais caros e valorizados. Forma-se aí um contexto cultural, onde quem mora em tal lugar é “melhor” do que o “povinho” da periferia.

O Ensino Religioso precisa tratar de valores inerentes ao ser humano, à humanidade em geral, e ao princípio - inclusive constitucional - de igualdade para todos. Isso implica em realizar uma discussão franca com a clientela, evocando valores ético e sociais que vão muito além de uma teoria abstrata. É preciso desenvolver no alunado uma empatia real pela problemática.

MISÉRIA

A pobreza tem diminuído consideravelmente nos últimos anos no País, mas ainda há uma grande quantidade de famílias vivendo em condições de miséria. Devido ao seu histórico de colonização, desenvolvimento tardio e dependência econômica, o Brasil hoje apresenta uma parcela muito elevada de famílias vivendo abaixo da linha da pobreza.



Pena (2016) diz que

é válido ressaltar que, apesar dos problemas históricos, o Brasil vem avançando na área de combate à fome e à pobreza no país. Segundo um relatório divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o número de pessoas que abandonaram a pobreza no Brasil em 2012 ultrapassou os 3,5 milhões. Nesse estudo, o critério para pobreza extrema era, inclusive, mais alto que o acima mencionado: R\$75,00 por membro da família (PENA, 2016 p. 2).

No entanto, existe uma grande quantidade de famílias que ainda vivem à margem da sociedade no Brasil, com renda bruta igual ou inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, valor que se estabeleceu para qualificar a condição de miserabilidade. Por isso, é muito difícil resolver a problemática com apenas a promoção de programas assistencialistas (SANTOS, 2012; SILVA, 2010).

Na verdade, os principais desafios em vencer esses problemas sofreram tímidos avanços nos últimos anos, retirando algumas famílias da miserabilidade, mas apenas como medida paliativa (SILVA, 2010).

Para alguns especialistas, é preciso diminuir o número de pessoas que vivem na pobreza extrema com desenvolvimento de condições de trabalho dignas e empregabilidade. O que se propõe é o ingresso no sistema capitalista através da mão de obra qualificada e produtiva como solução para o problema criado pelo próprio capitalismo (SANTOS, 2012).

É nesse cenário que o Ensino Religioso precisa fomentar a ideia de que o indivíduo é importante, a despeito dos bens que possui e que o direito ao trabalho e à renda são prerrogativas inegociáveis, derrubando barreiras culturais que fomentam a miséria e curiosamente, também o capitalismo.

Sabe-se que trabalhar a ideia da meritocracia numa sociedade marcada pelas desigualdades de oportunidades não é tarefa fácil, mas é preciso destacar que o trabalho é um fator de dignidade humana. Ter acesso a ele é outra discussão.



DESEMPREGO

O termo faz alusão à falta de trabalho formal, embora alguns pensadores ampliem o conceito para ausência de qualquer atividade laborativa que um indivíduo exerça (GOULART, 2014).

O desempregado, portanto, será o indivíduo que faz parte da população em idade de trabalho, mas que por alguma razão não esteja em atividade, ou que ande à procura de ocupação sem sucesso. Esta situação confere ao indivíduo a impossibilidade de custear sua própria sobrevivência e/ou a de sua família, resultando em condições subumanas ou outros problemas.

O desemprego por vezes é sinônimo de desocupação e não raro, de vadiagem. Em tempos mais antigos, principalmente com o surgimento das políticas neoliberais, o desemprego era visto como um vício, uma situação vergonhosa que marginalizava o indivíduo quando não o colocava em situação ilegal (GOULART, 2014).

De um jeito ou de outro, todas essas formas de desemprego são advindas de um desajuste causado pela desigualdade social e cabe ao educador fomentar o espírito crítico no educando no sentido de que é preciso lutar pelos seus direitos.

O Ensino Religioso também precisa abordar esse assunto. Não se pode ficar de braços cruzados esperando que o “milagre” aconteça. É preciso fomentar o empreendedorismo para uma mudança de realidade. Se não há trabalho, é preciso criar novas oportunidades.

AUMENTO DA CRIMINALIDADE

Diuturnamente a mídia tem noticiado o aumento de ações criminosas tanto isoladas como em grupos. Quase sempre, as notícias envolvendo crimes provem de áreas de risco social, favelas, ocupações irregulares ou periferias com pouca ou nenhuma assistência do Estado.

As vítimas geralmente são aqueles indivíduos que mais precisam de proteção e que menos recebem, ou seja, os pobres, os indígenas, os negros, os



jovens e os profissionais cujo trabalho é direcionado para eles: advogados, líderes religiosos, líderes sindicais e a própria polícia (BRITO, 2014).

Sabe-se que os agressores também podem ser agentes do Estado, policiais, carcereiros e outros, disfarçados e com a premissa auto declarada de justiceiros. Evidentemente, há exceções notáveis, mas em geral isso acontece devido à política de impunidade que ainda predomina para a maioria dos crimes contra a vida e os direitos humanos e que não só beneficia o agressor como inverte a ordem social, deixando o criminoso solto e o cidadão de bem em prisão domiciliar.

Em função disso, logo surgiram nas cidades forças que passaram a explorar a desintegração social do ambiente urbano, para impor normas próprias de regulação social. As distâncias cada vez maiores entre ricos e pobres, aliadas às atividades marginais do crime organizado e a disponibilidade de armas, desenvolveram condições para uma mistura explosiva, implementando a derrocada da violência social em todo o mundo, sobretudo no Brasil (BRITO, 2014).

Só a compreensão das duras condições sociais a que esses atores (cidadãos de bem e marginalizados) estão sujeitos poderá oferecer uma luz no entendimento de que a sociedade está irremediavelmente doente e caminha a passos largos para a bestialidade. Entra aí novamente o trabalho do educador.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Apesar de ser um problema global, a violência doméstica atinge cerca de 2 milhões de mulheres no Brasil a cada ano. Cerca de 60% dessas mulheres jamais chegam a oficializar a denúncia contra seus agressores e as razões são quase sempre as mesmas: medo, certeza da impunidade e dependência econômica dos agressores (ABRAMOVITCH, 2015)

O medo da morte é o principal empecilho para que essas mulheres entreguem seus agressores, mas outros fatores pesam na decisão. De acordo com Abramovitch (2015):



As mulheres precisam entender que o ciúme de seus companheiros não é sinal de amor. Um homem acha que tem posse sobre sua companheira tende a ser violento para manter essa posse e a nossa sociedade, machista por excelência, irá fazer vista grossa se a vítima não se manifestar. Isso significa que ninguém irá defendê-la se ela mesma não exigir sua defesa (ABRAMOVITCH, 2015 p. 45).

A violência doméstica tem várias facetas e todas com sérias consequências para a saúde física e mental de suas vítimas. Mulheres que sofrem abuso tendem a sofrer de depressão, ansiedade e outros problemas psicossomáticos. O problema é ainda maior quando o agressor é o homem com o qual elas mantêm ou mantiveram um afetivo, que não raro se torna o principal mantenedor da família.

Uma eventual descoberta de casos de violência doméstica pode ajudar a compreender e intervir no rendimento insuficiente daquele estudante que, não sabendo como expressar suas angústias, cai no marasmo.

Mais uma vez, a ação do educador é primordial. Não adianta passar valores éticos e de cunho espiritual quando não se está disposto a intervir na injustiça. É claro que há maneiras seguras de promover essa intervenção, mas o educador não pode jamais esquivar-se de fazer alguma coisa nesse caso. Do contrário, o profissional se converte num mero propagador de teorias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O professor do componente curricular Ensino Religioso não deve mais ser aquele indivíduo que passa conteúdos, dita biografias de pensadores ou aquele que simplesmente segue à risca aum livro didático aleatório. Ao invés disso, precisa ser capaz de fomentar no aluno o real interesse pelo lugar que este ocupa na sociedade.

De igual forma, a aula de Ensino Religioso não pode mais ser apenas mais um elemento curricular onde o aluno aprende conceitos com os quais não consegue compreender, meramente para cumprir etapas de aquisição de informação.



Na verdade, a aula desse componente curricular precisa proporcionar reflexão sobre situações sociais, onde o aluno se identifica como ator de movimentos sociais significativos para sua vida, como construtor de sua própria identidade e como aquele que respeita e se faz respeitar no campo da espiritualidade.

Então, é preciso transpor o conhecimento para além da escola. O educando precisa ver o Ensino Religioso como um componente curricular libertador dos estigmas sociais e dos paradigmas que a própria cultura colonizadora desse país impõe. Para tal empreendimento, a metodologia precisa contemplar uma formação sólida e bem embasada, que possibilite ajudar a construir o conhecimento pela observação, pela ação e principalmente pela afirmação de seus valores.

Desenvolver um trabalho dessa natureza numa comunidade pluralista é apenas um dos mecanismos de formação que o professor de Ensino Religioso pode dispor. É preciso estudar a classe, seus anseios, suas expectativas em relação à sua comunidade. Dialogar sempre com a classe ajuda a formar uma tênue linha entre o saber acadêmico do professor e o saber comum do aluno. Torna-se também imperioso desenvolver outras atividades de reflexão com participação efetiva dos alunos. O fazer pedagógico mostra ao aluno quem ele é na sociedade e o que pode vir a ser com seu trabalho.

Muito mais importante do que aprender é saber aplicar o aprendizado e nesse sentido, os atores precisam estar sempre dialogando. Além disso, é preciso que todos estejam aptos a transformar com o meio social onde vivem, quebrando paradigmas e vencendo as limitações que o sistema patriarcal e conservador impõe sobre o pensamento contemporâneo.



REFERÊNCIAS

BRASIL (2006) **OCNEM - Orientações curriculares para o ensino médio: Educação Religiosa** (p. 101-132). Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf.

Acesso em outubro de 2020.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; **PEREIRA, Gilberto Corso. Dinâmica metropolitana e segregação sócioespacial.** Cad. CRH, Salvador, v. 20, n. 50, Aug. 2007. Disponível em

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792007000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em outubro de 2020.

CORREA, Filipe S. **Favelas sem cidade: uma experiência global de superurbanização precária nos limites da condição humana.** Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.net>. Acesso em outubro de 2020.

FREIRE, Paulo. **Carta de Paulo Freire aos professores.** Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 42. Disponível em

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000200013. Acesso em Outubro de 2020

GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire e a paixão de ensinar.** 1. ed. São Paulo: Publisher, 2007. Disponível em

http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/2773/1/FP_F_PTPF_12_026.pdf. Acesso em outubro 2020

GOMEZ, H. **Brasil Miserável: Causas das Desigualdades Sociais na Atualidade** Santos: Focus, 2012

MORAES, Amaury Cesar. Licenciatura em ciências sociais e ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato. In: **Tempo Social.** USP. São Paulo, pp. 5-20, abr. 2003. Disponível em

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000100001. Acesso em outubro de 2020 .

PETTERSEN, Bonie. **Questões Sociais contemporâneas.** São Paulo: Ed. Vogas, 2011

SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel. **A concepção de cidade em diferentes matrizes teóricas das Ciências Sociais.** Revista Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 9, p. 91-99, jan./abr. 2003. Disponível em

<http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_9/009_091.pdf>. Acesso em 05/04/2020.

SILVA, Angelo Magalhães. Espaço **urbano e governabilidade: notas sobre a cidade e a metrópole.** UFRN, Revista Vivência, n. 34, 2009, p. 63-71. Disponível em

http://www.cchla.ufrn.br/Vivencia/sumarios/34/PDF%20para%20INTERNET_34/05_%C3%82ngelo%20Magalh%C3%A3es%20Silva.pdf. Acesso em outubro de 2020



TORRES, Carlos V. **Desigualdades Sociais: Causas e Conflitos**. São Paulo: Étikos, 2010

VILAS, Carlos M. **Seis idéias falsas sobre a globalização**, Disponível em <http://seer.fclar.unesp.br/index.php/estudos/article/viewFile/749/614>. Acesso em outubro de 2020

XAVIER, Beatriz de Oliveira. **Cidades e Globalização: Germinar urbanidades, solidarizar os espaços**. Disponível em http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462de9d199d8b_1.PDF. Acesso em outubro de 2020